



Revista Conexão UEPG

ISSN: 1808-6578

revistaconexao@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Brasil

Pereira dos Santos, Marcos  
CONTRIBUTOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA À FORMAÇÃO  
ACADÊMICA DOCENTE E DISCENTE NO SÉCULO XXI: UM DEBATE NECESSÁRIO  
Revista Conexão UEPG, vol. 6, núm. 1, enero-diciembre, 2010, pp. 10-15  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Ponta Grossa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151724008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# CONTRIBUTOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA À FORMAÇÃO ACADÊMICA DOCENTE E DISCENTE NO SÉCULO XXI: UM DEBATE NECESSÁRIO

## RESUMO

Este artigo trata, primeiramente, do significado moderno de universidade. Em seguida, apresenta um breve panorama histórico da origem da extensão universitária e seu conceito. Por fim, discute a indissociabilidade do trinômio ensino-pesquisa-extensão na educação superior brasileira e o atual papel da extensão universitária na vida acadêmica de professores e alunos no século XXI.

Palavras-chave: Extensão. Universidade. Formação acadêmica.

## ABSTRACT

Firstly, this article explains the modern significance of university. Then, it presents a brief historical overview of university extension as well as its concept. Lastly, it discusses the indissoluble relation between research, teaching and extension in Brazilian higher education and its role for teachers and students in the 21st century.

Keywords: Extension. University. Academic training.

## INTRODUÇÃO

A educação, em sentido amplo, pode ser considerada como uma das condições fundamentais pelas quais os indivíduos desenvolvem suas capacidades ontológicas essenciais. Assim sendo, a função básica do processo educativo escolar na atualidade é a humanização plena do ser humano, especificamente no que diz respeito à consolidação dessas propriedades.

Nessa perspectiva, todos os contextos experienciais de ensino e aprendizagem são construídos pelo trabalho de homens e mulheres que, como práxis, encerram uma tríplice orientação: *o que fazer, para que fazer e como fazer*. É por esta via que se pode transformar a matéria em idéia e a idéia em matéria. Tais colocações nos permitem deduzir que o desenvolvimento das capacidades ontológicas humanas requer construção e consolidação de determinados atributos imprescindíveis à práxis.

Ocorre, porém, que no modelo de organização social vigente impera, dentre outras cisões, a ruptura entre trabalho manual

---

1 - Mestre em Educação, linha de pesquisa "Formação de Professores", pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR). Professor Assistente das Faculdades Santa Amélia de Ponta Grossa (SECAL). Endereço eletrônico: mestrepedago@yahoo.com.br

e trabalho intelectual. Em recentes debates sobre o papel social e educativo da Universidade, seja ela pública ou privada, aventa-se uma suposta necessidade de criação e implementação de alternativas educacionais para o atual modelo de Ensino Superior brasileiro, fundado essencialmente no tripé ensino-pesquisa-extensão, bem como nas possíveis contribuições dessas três instâncias para a formação acadêmica de professores e alunos. Refletir de forma crítica sobre essas questões constitui, pois, o principal objetivo do presente artigo, cujo procedimento se faz urgente e necessário e que não se pode mais querer omitir ou mascarar.

## SIGNIFICADO MODERNO DE UNIVERSIDADE

O termo *universidade* está ligado a muitos outros – ciência, cultura, autonomia, pesquisa, ensino superior etc. – que devem ser conjuntamente compreendidos. Como instituição social educativa, questiona-se se suas finalidades e seus ideais, tradicionalmente aceitos, permanecem válidos nos dias de hoje. Certas funções, como as de qualificar os mais aptos para as diversas profissões, diferenciar o saber de senso comum e o científico, a cultura erudita e a popular e tornar a universidade mais democrática, tanto no sentido do poder interno quanto no de abri-la para camadas mais vastas da população, transformaram-se ao longo da história da educação superior brasileira em sérios problemas.

De acordo com Wanderley (1994), para compreender o significado moderno de universidade e sua função na atual conjuntura político-social há necessidade de se buscar uma visão da totalidade que apanhe as relações entre esta instituição e as estruturas da sociedade onde ela está inserida, bem como que mostre como ela foi e está sendo produzida, as forças sociais que atuam nela e sobre ela, as formas de organização que assumiu no passado e as mudanças em curso, os graus de autonomia, seu vínculo com o processo de democratização, as contradições que enfrenta, as possibilidades e limitações de sua missão, o sentido de sua atuação e, em especial, os contributos do conteúdo de suas políticas de ensino, pesquisa e extensão para a formação acadêmica de docentes e discentes no terceiro milênio.

O papel primordial da universidade é a de gerar e difundir conhecimentos e saberes. Enquanto organismo socialmente constituído e determinado, tem refletido historicamente o quadro social de sua época e incorporado em suas agendas a temática fornecida pela sociedade onde se encontra inserida, abrigando em si os germes das contradições geradas *na e pela* própria sociedade, no confronto entre as diferentes perspectivas e interesses que permeiam o todo social.

A universidade, além de ser considerada uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de ensino, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, pode também ser entendida como órgão pluralístico que tem vários propósitos e centros de poder, servindo a várias clientelas, o que não a constitui uma comunidade única e unificada por possuir diversas visões do Bom, do Verdadeiro e do Belo e de muitos caminhos para levar a estas visões, seja por conflitos de poder ou por prestação de serviços a muitos mercados. (KERR, 1982)

Uma interpretação que contextualiza e resume a universidade brasileira dos dias atuais é a de Chauí (2001, p.216), que diz:

A universidade é uma instituição social que aspira à universalidade e que tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, a qual se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginada ou desejada) que lhe permita responder às contradições impostas por esta divisão. Logo, a universidade é um devenir, uma construção constante que está amparada numa concepção de possibilidade de destruir os fins capitalistas pelo que até agora ela atuou e de construir uma nova história como resultante de ações de seres humanos conscientes.

Isto significa dizer que a universidade, em formas que variam em sua história, desde há muito tempo trabalha o conhecimento científico. Por isso, sua missão parece só ter legitimidade na medida em que envolve um compromisso com as reais necessidades e aspirações da população (docente, discente e comunitária) a quem deve servir. Neste sentido, portanto, não pode divorciar-se dos sagrados interesses do País nem das suas diversificações regionais.

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ORIGEM HISTÓRICA E CONCEITO

O fenômeno da *expansão universitária* iniciou-se na segunda metade do século XX em todo o mundo, sendo seus cursos ofertados conforme as necessidades de mercado. No Brasil, foi a partir do Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, da Constituição Federal Brasileira, que se começou a fazer referência à extensão como instância realizadora de cursos, conferências e outras atividades educativas no espaço acadêmico. Assim, passou a existir uma relação dinâmica e processual entre o fazer universitário e os interesses locais e regionais do entorno da universidade, refletindo diretamente nas políticas de expansão e privatização do Ensino Superior.

Contudo, durante as décadas de 1940 e 1950 poucas discussões ocorreram acerca da extensão universitária. Foi somente nos anos 60 que o conceito de universidade começou a ser atrelado ao trinômio ensino-pesquisa-extensão, período em que as instituições de educação superior passaram a discutir a questão da práxis universitária, incorporando

políticas que contemplassem concepções e diretrizes para a extensão universitária. Em função da natureza essencialmente marcada por atividades extracurriculares, com forte participação popular e comunitária, em 1968 a extensão foi submetida à segurança nacional.

Oliveira e Garcia (2009) afirmam que no início da década de 1970 surgiu um grande paradoxo em relação à visão de extensão universitária: por um lado era vista sob o aspecto do fortalecimento dos movimentos sociais e, por outro, sob o caráter manipulador e assistencialista. Destaque-se que em meio a tal situação, surgiu um novo cenário – o início de negociações para a redemocratização do Brasil. Era o prenúncio do começo de uma nova década. Por isso, nos anos 80, apesar de conviver ainda com a crise de identidade, principalmente sob o estigma do assistencialismo, a extensão passou a ser objeto de estudos e debates que anunciavam sua participação definitiva como prática acadêmica necessária à formação (complementar) de docentes e discentes e indissociada do ensino e da pesquisa.

Mas, o que se entende por extensão universitária nos dias atuais?

A partir da década de 1990, a extensão tem sido vista como:

um espaço privilegiado para viabilizar a interação do social e do institucional, em variadas e amplas dimensões, a fim de difundir e construir novos conhecimentos, frutos da intensa reflexão provocada sobre paradigmas atuais. A extensão, hoje, articula um processo educativo, cultural e científico, ao lado do ensino e da pesquisa, gerado pelas possibilidades e pela força articuladora que está na natureza das ações nascidas das relações sociais e comunitárias. (OLIVEIRA e GARCIA, 2009, p.112)

Note-se que como atividade acadêmica, a extensão distingue-se das demais por constituir um processo metodológico que pergunta pela relevância social do ensino e que procura, por meio da pesquisa, referências objetivas aos problemas reais que envolvem a sociedade. Nesse contexto, a palavra *extensão* implica em estender-se, levar algo a algum lugar ou até alguém.

Grosso modo, pode-se dizer que a extensão universitária é, na realidade, uma forma de interação que deve existir entre a universidade (pública ou privada) e a comunidade na qual está inscrita. É uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona, segundo Carneiro (1985, p.56), como uma “via de duas mãos, em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos como retroalimentação: suas reais necessidades, seus anseios e suas aspirações, aprendendo assim com o saber dessas comunidades”.

Em outros termos, isto significa dizer que ocorre uma troca de conhecimentos, em que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa comunidade. Dessa forma, a universidade pode planejar e executar as atividades de extensão respeitando, e não violando, os valores e a cultura popular. A universidade, através da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, possibilitando uma troca de valores entre a universidade e o meio.

À guisa de esclarecimento, vale salientar que existe uma diferença conceitual e prática entre as expressões *extensão universitária* e  *cursos de extensão universitária*, a saber: os cursos de extensão universitária, geralmente acadêmicos e com pequena carga horária, destinam-se a complementar conhecimentos em áreas específicas. Já as atividades de extensão universitária, dever constitucional das universidades, são bastante amplas, complexas e não se confundem com “cursos de extensão”. Dizemos isso, porque um curso de extensão, ou vários cursos de extensão, pode(m) estar inserido(s) dentro das atividades de extensão universitária, mas não enseja(m) que extensão seja *apenas* cursos de extensão universitária.

## A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

O Artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre *ensino*, *pesquisa* e *extensão* (BRASIL, 1988); tendo a educação superior por finalidade, conforme preescreve o Artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/96, incentivar o trabalho de *pesquisa* e investigação científica (inciso III), comunicar o saber através do *ensino* (inciso IV) e promover a *extensão* aberta à participação da população (inciso VII) (BRASIL, 1996). Ensino, pesquisa e extensão constituem assim as três funções básicas da universidade, as quais devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte das instituições de educação superior, pois, ao contrário, estarão violando esses preceitos legais.

Convém observar que o preceito de aplicação sistêmica da tríade *ensino-pesquisa-extensão* na busca da qualidade da educação superior brasileira é bastante sábio. Sábio porque obriga que as universidades

sejam conduzidas, associando e integrando as atividades de ensino, pesquisa e extensão de maneira que se complementem, para bem formar seus profissionais universitários (docentes e discentes). Em outras palavras: a universidade é detentora do conhecimento (formal-científico) e o transmite, por meio do *ensino*, aos educandos. Através da *pesquisa*, aprimora os conhecimentos existentes e produz outros novos. Pelo ensino, conduz esses aprimoramentos e os novos conhecimentos aos alunos. Por meio da *extensão*, pode proceder a difusão, socialização e democratização do conhecimento existente, bem como das novas descobertas à comunidade. A extensão propicia a complementação da formação acadêmica de docentes e discentes universitários, dada nas atividades de ensino e pesquisa, alicerçadas com a aplicação prática. Assim, forma-se um ciclo onde a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino e pela extensão, de maneira que as três atividades tornam-se *complementares e dependentes*, atuando então de forma sistêmica.

Dizemos isto, porque entendemos que o ensino precisa da pesquisa para oxigená-lo, aprimorá-lo e inová-lo, pois, ao contrário, corre o risco da estagnação. Também o ensino necessita da extensão para levar seus conhecimentos à comunidade e complementá-los com aplicações práticas. A extensão, nesse contexto, precisa dos conteúdos, educandos e professores do ensino para ser efetivada; bem como necessita da pesquisa para diagnosticar e oferecer soluções a problemas diversos com os quais irá deparar-se e para que esteja constantemente atualizando-se. Por sua vez, a pesquisa prescinde dos conhecimentos detidos pelo ensino, como base de partida para novas descobertas. Além disso, a pesquisa ainda depende do ensino e da extensão para difundir e aplicar sua produção e, assim, indicar-lhe novos rumos a seguir. Daí ensino, pesquisa e extensão serem atividades sistêmicas, interdependentes e complementares que precisam ter valorações equivalentes no sistema universitário brasileiro da atualidade.

Estudos desenvolvidos por Frantz e Silva (2002, p.217) permite-nos entender, de forma mais clara, o ensino, a pesquisa e a extensão como sistemas de posições específicas, como unidades de análise, e buscar o sentido e a diferença (conceitual e prática) que cada um tem em relação aos outros, bem como suas proximidades e funções, que seriam:

- a) o *ensino*: articular as ciências existentes, conhecer seus produtos e formar profissionais. Legitima-se no espaço social pela quantidade e qualidade dos diplomas concedidos;
- b) a *pesquisa*: construir novos, confirmar ou contestar conhecimentos existentes. Legitima-se junto à sociedade pela produção de tecnologias úteis a ela e pela orientação científica na resolução dos seus problemas;
- c) a *extensão*: articula os interesses do ensino e da pesquisa com os interesses sociais. Legitima-se pela presença de agentes universitários nos setores sociais, executando ações de serviços, assistências, projetos culturais, ensino de extensão etc.

Assim, podemos dizer que, juntos, esses três subcampos cumprem as tarefas de produção de conhecimentos, formação, integração social, inovação tecnológica, difusão da ciência e da cultura, desenvolvimento socioeconômico e melhoria da qualidade de ensino de outros campos educacionais, além de tecerem uma rede para realizar trocas legítimas com os setores econômico, político, social e cultural.

Em linhas gerais, há de se afirmar que ensino-pesquisa-extensão apresentam-se hoje, no âmbito das universidades brasileiras, como uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social, uma vez que o exercício de tais funções é requerido como dado de excelência na Educação Superior, fundamentalmente voltada para a formação acadêmica e profissional de docentes e discentes, à luz da apropriação e produção do conhecimento científico.

Contudo, consideramos que talvez um dos maiores entraves para a real concretização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão resida na visão dicotômica dos processos nela envolvidos, pela qual estas três esferas convertem-se em *atividades em si mesmas*, dotadas, inclusive, de distintos *status* acadêmicos. Enquanto não for afirmada teórica e praticamente a organicidade desses processos como *fundamento didático-metodológico* do Ensino Superior, pouco avançaremos na direção de efetivas transformações neste nível educacional.

Vale destacar que essa organicidade pressupõe a formação superior como síntese de três grandes processos, quais sejam: processos de transmissão e apropriação do saber historicamente sistematizado, *a pressupor o ensino*; processos de construção do saber, *a pressupor a pesquisa*; e os processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, *a pressupor a intervenção sobre a realidade* e que, por sua vez, retornam numa dinâmica de retroalimentação do ensino e da pesquisa.

Nessa perspectiva, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é instrumento que se baseia na negação das desigualdades sociais – abrangendo inclusive a distribuição desigual dos bens culturais –, expressando assim o papel social e educativo da universidade na construção permanente de uma sociedade cada vez mais democrática, justa e igualitária.

## O ATUAL PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA VIDA ACADÊMICA DE PROFESSORES E ALUNOS

As origens da extensão universitária no Brasil reportam-nos, em especial, ao papel que as universidades públicas foram “conclamadas” a assumir por parte dos órgãos governamentais a partir dos anos 30. A retórica em torno da qual se afirmava a extensão, versava sobre o dever da universidade em retornar à população (carente) suas produções e seus conhecimentos. Tratava-se de um processo de mão única (universidade → sociedade) imbuído de inúmeros preconceitos ideologicamente criados e reforçadores da sociedade de classes.

Concordamos com Masetto (2003) quando diz que a universidade deva retornar à sociedade o saber que dela se origina, mas numa busca incessante pela profunda compreensão da realidade social que a comporta; compreensão esta factível apenas pela mediação do pensamento abstrato construído e retroalimentado pelo ensino e pela pesquisa. Assim, a extensão ocupa lugar tão importante quanto o ensino e a pesquisa, pois é, sobretudo, por meio dela que os dados empíricos imediatos e teóricos se confrontam, gerando as permanentes reelaborações que caracterizam a construção do conhecimento científico.

Por meio da extensão, a universidade tem a oportunidade de levar até a comunidade os conhecimentos de que é detentora, os quais são produzidos com a pesquisa e que normalmente divulgam o ensino. É uma forma de a universidade socializar e democratizar o saber científico, de modo a este não se traduzir em privilégio apenas da minoria da população (universitária), mas difundido também à comunidade não acadêmica, consoante os próprios interesses dessa mesma comunidade.

Posto isto, há de se afirmar que uma sólida formação universitária é um dos maiores contributos da universidade para a sociedade. Disso decorre a necessidade da extensão ser entendida, atualmente, como extensão da pesquisa e do ensino. Devemos vigiar para que a pesquisa e o ensino não se transformem em uma extensão de serviços e convênios, sendo por eles determinados no conteúdo, na forma e/ou nos recursos e manutenção. Em outras palavras, isto significa dizer que

(...) este modelo de extensão vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários etc.), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produções artístico-culturais). Portanto, objetiva-se retirar da extensão o caráter de “terceira função” para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante e metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o intuito de encontrar soluções através das pesquisas básicas e aplicadas, visando assim realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervir na realidade concreta. (MORAES, 2001, p.70)

É fato que palestras, cursos presenciais e de ensino a distância de curta duração, cursos de verão e por correspondência, colônia de férias, viagens de estudo, associações de ex-alunos, atividades cívico-sociais, apresentações musicais e teatrais, feiras culturais, campanhas orientativas e assistenciais, programas e eventos esportivos, universidades volantes, escolas e hospitais flutuantes constituem, dentre outras, alguns tipos de ações extensionistas mais comuns praticadas pelas universidades públicas e privadas brasileiras. Mas, nem sempre as atividades de extensão procuram aproximar a ciência e a formação acadêmica docente e discente da realidade social e educacional, talvez porque durante muito tempo a extensão universitária ficou contaminada por determinações pragmáticas das políticas públicas e interesses do Estado.

A partir da segunda metade da década de 1990, felizmente, estamos assistindo a um novo clima extensionista nas universidades brasileiras, isto é, a extensão passou a ser encarada com o sentido de uma relação direta entre a universidade e a sociedade, como um espaço possibilitador de estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora que permite um intercâmbio de conhecimentos, na qual a universidade aprende a partir do saber popular e assessora as populações no sentido de sua emancipação crítica.

Em uma dimensão de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, pode-se afirmar que a extensão universitária apresenta como principais *vantagens*: a difusão e socialização do conhecimento detido por uma determinada área de ensino e dos novos conhecimentos produzidos pela área de pesquisa; o conhecimento da realidade da comunidade em que a universidade está inserida; a possibilidade de diagnosticar necessidades de pesquisas acadêmicas; a prestação de serviços e assistência à comunidade; o fornecimento de subsídios para o aprimoramento curricular e criação de novos cursos, bem como da estrutura e diretrizes da própria universidade na busca da qualidade educacional; a possibilidade de a comunidade universitária conhecer a real problemática nacional e atuar de modo efetivo na busca de soluções plausíveis entre outras.

Diante do exposto, é possível observar que as atividades de extensão – se compreendidas como estímulo para a reflexão e a crítica – contribuem para alimentar o processo de criação de conhecimentos, deslocando a



informação para um espaço menos prioritário e favorecendo o desenvolvimento da formação humana e da transformação social. Com base nessa premissa, acreditamos que a extensão pode conferir às atividades de ensino e pesquisa um novo conceito que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi/inter/pluri/transdisciplinar como exigência decorrente da própria prática. Assim, “liderar as reformas de ensino apresenta-se hoje como o maior desafio da universidade, a qual deve repartir com segmentos cada vez mais amplos as suas conquistas e descobertas no campo do ensino e os resultados da produção do saber que gera no campo da pesquisa e da extensão” (GISI e ZAINKO, 2003, p.51), reduzindo, portanto, as desigualdades sociais, combatendo a exclusão, melhorando a formação profissional e aumentando a participação cidadã.

Logo, a designação do termo Universidade e o *status* de Universidade como instituição social e educativa portadora de um regime jurídico autônomo diferenciado, face a outros órgãos do serviço público, só cabe a quem faz a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a utiliza em benefício da formação acadêmica docente e discente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se discutir sobre as contribuições da extensão universitária brasileira para a formação acadêmica de docentes e discentes no século XXI, é preciso ter muito claro não só o quanto ela está inserida nos documentos oficiais das universidades públicas e privadas, mas também na forma de agir da comunidade acadêmica, que é reflexo dos projetos político-pedagógicos dos cursos de capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, extensão, graduação e pós-graduação (presenciais e a distância) ofertados pelas instituições de Ensino Superior.

Além disso, faz-se necessário também ter consciência de que o compromisso da universidade com a sociedade nunca se dará de forma autônoma e voluntarista, mas estará articulado a um movimento de gestão por meio de políticas e diretrizes institucionais que criarão condições para a promoção de uma dinâmica de atuação e compreensão, as quais são forças mobilizadoras para a transformação da prática pedagógica docente, da atividade discente e da própria comunidade onde a universidade encontra-se inserida.

Entretanto, ainda existe um hiato entre as concepções e práticas de extensão em algumas universidades brasileiras, fruto dos conflitos de interesses existentes entre agentes universitários, setores sociais e Estado; o que impede que se tenha uma relativa unanimidade entre as universidades sobre o que é extensão e seu papel. Para umas, ela é “*função*”, semelhante ao ensino e à pesquisa, que realiza os compromissos sociais da universidade; para outras, é *comunicação*, em que a extensão divulga e complementa as atividades de ensino e pesquisa; e, para outras, ainda, é *princípio*, uma vez que todas as outras atividades passam a ser definidas a partir da extensão.

De qualquer forma podemos observar que, apesar dos conflitos entre os agentes internos ou os interesses externos (Estado e setores sociais), a extensão universitária, hoje, é uma atividade que tende a consolidar-se como resposta aos desafios colocados às universidades públicas e privadas brasileiras, tanto por aqueles que querem flexibilidade, competição e eficiência, quanto por aqueles que exigem um caráter mais popular. Em outros termos, isto significa dizer que a formação universitária deve ser efetivada com amplitude maior que a da profissionalização em sentido restrito para que se transforme num horizonte mais amplo de estudo e produção e socialização de conhecimentos, e isso somente será possível com a *indissociabilidade* entre os eixos que sustentam o conceito e as ações da universidade no terceiro milênio: o *ensino*, a *pesquisa* e a *extensão*.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atualizada até a Emenda Constitucional n.38, de 12/06/2002. Brasília: Diário Oficial da União, de 05/10/1988.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20/12/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, de 23/12/1996.

CARNEIRO, M. A. **Extensão universitária: versão & perversões – estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do nordeste**. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

FRANTZ, W. ; SILVA, E. W. da. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2002. (Coleção Ciências Sociais)

GISI, M. L. ; ZAINKO, M. A. S. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior**. Florianópolis/Curitiba: Insular/Champagnat, 2003.

KERR, C. **Os usos da universidade**. Fortaleza: Editora da UFC, 1982.

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MORAES, R. C. C. A universidade e seu espaço. In: LOUREIRO, I. ; DEL-MASSO, M. C. (Orgs.). **Tempos de greve na universidade pública**. Marília: Editora da UNESP-Marília, 2001.

OLIVEIRA, T. M. N. de. ; GARCIA, B. R. Z. A extensão e o seu papel na formação acadêmica. In: **Revista Univali**. Itajaí: Editora da UNIVALI, v.14, n.1, p.111-117, jun./2009.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos – v.91)